

INCLUSÃO ESCOLAR, DEFICIÊNCIA FÍSICA E ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: A URGÊNCIA EM ELIMINAR BARREIRAS

PINTO, Camilla Souza

RU 2608368

BECKER, Thiana Maria

RESUMO

Este artigo traz como urgente a eliminação das atitudes e práticas excludentes em forma de barreiras atitudinais tão presentes no cotidiano escolar dito inclusivo. A discriminação e o preconceito são fatores determinantes que limitam a participação dos alunos com deficiência física no contexto educacional regular, por isso a escola tem um papel fundamental nesse processo. Sabe-se que a inclusão escolar e a acessibilidade atitudinal caminham juntas e só se tornarão plenas quando alcançarmos a igualdade de oportunidade e condições para todos os alunos. As potencialidades dos alunos com deficiência física sobressaem-se as limitações, por isso é importante ações que levem a mudança de olhar e de atitudes relacionadas a estes sujeitos de direitos. O artigo objetiva contribuir para ruptura das barreiras atitudinais no cotidiano da escola comum, ao traçar caminhos na perspectiva da acessibilidade atitudinal reafirmando sua importância para que venhamos alcançar inclusão escolar plena dos alunos com deficiência física. Sendo este um estudo de cunho puramente bibliográfico, com abordagem metodológica de pesquisa qualitativa, que buscou caminhos que venham contribuir para que os objetivos sejam alcançados. É de suma importância a reformulação da escola, bem como o compromisso com a informação, a conscientização, a orientação e a capacitação de todos os profissionais que fazem parte do ambiente educacional, assim como a comunidade escolar. Logo, é necessário reavaliar as atitudes injustas e preconceituosas que impedem o avanço rumo a tão almejada inclusão e acessibilidade escolar plena dos alunos com deficiência física.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Barreiras Atitudinais. Acessibilidade Atitudinal. Deficiência Física.

1.INTRODUÇÃO

As pessoas não podem ser excluídas dos sistemas educacionais sob o argumento de ter uma deficiência independentemente de qual seja, diz a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Porém a realidade não é condizente com as legislações.

Esta pesquisa tem como tema, a inclusão escolar de alunos com deficiência física e a acessibilidade para eliminação de barreiras sob uma análise atitudinal.

Quando o assunto é inclusão escolar de alunos com deficiência, nos últimos anos obtivemos avanços e conquistas significativas. Porém, ainda é comum nos depararmos com entraves que dificultam o acesso e permanência do aluno com deficiência física no ambiente escolar, sendo o próprio aluno visto como um obstáculo o qual as limitações sobressaem-se sob às potencialidades.

Essa mentalidade embora ultrapassada, se faz presente no cotidiano escolar comum contemporâneo como barreiras atitudinais por vezes invisíveis, a serem eliminadas.

Portanto, com o intuito de colaborar para que ocorram mudanças na maneira como o aluno com deficiência física é visto e tratado no ambiente educacional regular, questionamos como podemos transpor de fato essas barreiras atitudinais muitas vezes invisíveis, inerentes de práticas excludentes ainda presente de forma tão latente no cotidiano escolar dito inclusivo?

Este artigo também é proveniente das inquietações que estiveram presentes ao longo desta formação acadêmica, advindas de embasamentos teóricos e vivências em decorrência de prática docente com atuação direta na mediação dentro do processo de inclusão escolar do aluno com deficiência física no contexto educacional comum.

Nesse sentido, oportunizou-se reflexões importantes e necessárias para uma revisão de como estão acontecendo as práticas e ações ditas inclusivas, de modo que venhamos a construir um ambiente escolar verdadeiramente acessível e igualitária a todos os estudantes. Ou seja, mudar o olhar e assim mudar os paradigmas excludentes refletidos nas atitudes diárias de preconceito, discriminação, julgamentos e falta de informação no ambiente educacional.

Dito isto, objetivou-se também contribuir para a ruptura das barreiras atitudinais no cotidiano da escola comum na perspectiva da acessibilidade e inclusão escolar dos alunos com deficiência física.

E assim, traçamos possíveis caminhos que favoreçam o conhecimento e a aplicabilidade de ações inclusivas no contexto educacional regular, sempre reafirmando quanto a importância da acessibilidade atitudinal para tornar a inclusão escolar plena, de modo que o respeito às singularidades e diversidade inerentes de

todo ser humano independente de suas condições físicas sejam respeitadas desde cedo e ao longo da vida.

O presente artigo traz como base uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e de natureza exploratória, na qual a coleta de dados ocorreu por meio de levantamentos e revisões bibliográficas minuciosos.

2. NAS ATITUDES ESTÃO AS DIFERENÇAS

Desde a antiguidade a discriminação seguida de preconceitos, estigmas e estereótipos com pessoas deficientes sempre foram obstáculos que às impediam de ter acesso à uma vida igualitária em sociedade, sendo estas pessoas sentenciadas ao abandono e práticas negligentes que ultrapassaram a barreira do tempo sendo ainda tão presente na contemporaneidade.

Foram anos e anos de descaso e atitudes que desampararam e tornaram as pessoas com deficiência invisíveis, sempre ignoradas e na maioria das vezes tendo seus atributos desconstruídos por uma sociedade extremamente preconceituosa, na qual era e ainda é mais fácil enfatizar os chamados “defeitos” em detrimento do potencial dessas pessoas.

Apesar dos avanços na mentalidade da sociedade ao longo dos séculos, mesmo tendo os direitos garantidos por leis efetivas e que lhes asseguraram e asseguram cada vez mais igualdade de oportunidades, a contemporaneidade nos mostra que ainda precisamos evoluir muito enquanto cidadãos de direitos e valores para que venhamos entender as diferenças como um atributo natural do ser humano, e assim possamos reavaliar quanto à maneira como tratamos e lidamos com pessoas com deficiência seja ela qual for.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, em seu art.2 define pessoa com deficiência como:

Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2000).

Portanto, entendemos e colocamos como urgente essa análise e diálogo que buscam contribuir para desobstrução destas barreiras inerentes de atitudes que não cabem mais em nosso cotidiano enquanto cidadãos de direitos e deveres no qual buscamos justiça e igualdade.

Logo, tomamos como ponto de partida a inclusão escolar dos alunos com deficiência física, uma vez que a escola é um lócus de interação social que pode desfazer ou tornar o preconceito perpétuo, ou seja, tem forte influência no processo de construção das mudanças que almejamos para nossa sociedade.

De acordo com Silva (2012, p.93):

Vivemos um momento de luta pela igualdade de direitos e pela equiparação de oportunidades para todos. Na área da educação, esse movimento foi traduzido como inclusão escolar e hoje faz parte do cotidiano de todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente com as questões educacionais.

No tocante ao contexto educacional, a inclusão escolar busca garantir que todos os estudantes tenham paridade de oportunidades bem como de direitos.

Portanto, o movimento de inclusão escolar plena, deve ser pensado por todos os envolvidos nesse processo e assim ressignificar as diferenças através do reconhecimento e valorização das potencialidades desses educandos no âmbito da escola comum. Não podendo ser visto como uma missão somente do professor regente e do professor de AEE, mas de toda comunidade escolar.

De acordo com Mantoan (2015, p.24), se queremos realmente uma escola inclusiva, é extremamente necessário redefinir metas voltadas para uma formação cidadã total, completa, isenta de preconceitos, reconhecendo e dando valor às diferenças.

Mas infelizmente a realidade apresenta-se de maneira oposta, pois o processo de inclusão escolar de estudantes com deficiência é amplo e complexo, sendo passivo de constantes discussões e reflexões relevantes para que possamos ter êxito.

Na busca por possíveis caminhos e ações de modo que venhamos tornar efetivo o acesso pleno desses estudantes, é necessário romper as barreiras construídas por atitudes sociais excludentes que acabam impregnando o ambiente escolar com alto teor de discriminação e falta de respeito as diferenças muitas vezes por falta de informação, orientação e empatia.

Então, na perspectiva da inclusão escolar de alunos com deficiência física, quando usamos os termos acessibilidade e barreiras já estamos condicionados a pensar nos obstáculos decorrentes dos ambientes físicos, ou seja, “todas as coisas construídas que cercam o ser humano” de acordo com (SASSAKI, 2007, p.129). E sim, eles existem de fato, porém precisamos nos atentar aos obstáculos invisíveis, muitas vezes imperceptíveis que se dão através de ações, atitudes preconceituosas

e discriminatórias direcionadas aos alunos com deficiência física no ambiente dentro da escola regular.

No contexto educacional, tais termos vão além das conhecidas barreiras arquitetônicas, uma vez que atitudes e ações contrárias a perspectiva da acessibilidade como um todo, não favorecem na construção de uma escola e conseqüentemente uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva, como preconiza a (BNCC, 2017), em uma das suas dez competências gerais da educação básica.

Para tanto, é importante reconhecer a necessidade e a urgência em ofertar o acesso à uma educação básica livre de obstáculos atitudinais pautados na discriminação, de modo que os educandos com ou sem deficiência física possam usufruir de forma única e plena a todos os direitos que lhes são assegurados legalmente.

SASSAKI (2020), quando sistematizou a acessibilidade em 7 dimensões (arquitetônica, atitudinal, comunicacional, digital, instrumental, metodológica e a natural), deixou claro a importância da acessibilidade atitudinal, sendo esta a mais antiga, até porque, as barreiras atitudinais são decorrentes das práticas excludentes que sempre estiveram presentes na humanidade.

Sendo assim, não podemos falar em inclusão escolar do aluno com deficiência física sem relacioná-la à acessibilidade em suas sete dimensões e imbricando acessibilidade atitudinal na ruptura de barreiras visíveis e invisíveis presentes no cotidiano escolar.

Para superamos as barreiras invisíveis, vamos pensar e nos aproximar da acessibilidade atitudinal. Considerando que ela alicerça as demais dimensões de acessibilidade, precisamos buscar a mudança das mentalidades com informação, conhecimento e atitude. (VARA E CIDADE, 2020, p.149).

A escola inclusiva tem como premissa o acesso de todos e para todos em condições iguais para uma permanência plena desses alunos na escola regular e essa acessibilidade se efetiva com atitudes que preconizam a o respeito as diferenças e as peculiaridades desses educandos através da empatia, da cooperação, bem como com ações e práticas colaborativas.

Por isso, foi importante enfatizarmos aqui a definição de alguns conceitos que embasaram as nossas buscas por caminhos e respostas para essas indagações, bem como possíveis contribuições, de modo que venhamos repensar quanto às atitudes excludentes muitas vezes imperceptíveis na convivência diária por todos os

envolvidos no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência física, tema norteador deste trabalho.

De acordo com o decreto nº 5.296, art.5 §1º de 2 de dezembro de 2004 a deficiência física é definida como:

alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

Logo, é importante considerarmos que a deficiência física se apresenta de forma diversa, complexa e de vários tipos. Portanto, no ambiente escolar não basta que os professores alinhem métodos de ensino com foco no potencial destes alunos, se não for ofertado a eles o apoio adequado e específico garantidos por direito, sob a perspectiva da inclusão e acessibilidade plena.

De modo que todos os integrantes da equipe escolar venham a mudar o olhar e assim, possam ter atitudes e ações que venham a eliminar as práticas nocivas muitas vezes disfarçadas de boas intenções, que acabam limitando ainda mais os acessos, os esforços e a capacidade de desenvolvimento total dos referidos alunos, levando muitos a desistência em alcançar uma vida escolar e social efetiva e plena.

A Lei n.13.146 de 6 de julho de 2015, define, em seu art.3º (BRASIL,2015):

Art.3º [...]

I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive em sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

IV - Barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício dos seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

Em meio às várias classificações destas barreiras, temos as barreiras atitudinais decorrentes de condutas e comportamentos que obstruem e lesam a efetiva participação desses alunos com deficiência física no ambiente educacional comum para que tenham as mesmas condições e oportunidades dos demais alunos “ditos normais”.

Tendo em vista o papel basilar que a escola exerce na formação de cidadãos críticos, éticos, com consciência reflexiva e capazes de realizar uma transformação social em prol da igualdade de direitos e do bem coletivo, acreditamos que a eliminação de tais barreiras atitudinais seja um passo fundamental e indispensável rumo à inclusão plena desses alunos com deficiência física.

De acordo com a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2011, p.27):

Discriminação por motivo de deficiência” significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas...

No cotidiano educacional contemporâneo ainda é muito comum que os alunos com deficiência física sejam vistos pelos seus impedimentos e/ou limitações e não por suas singularidades e potencialidades. Sendo estes, tratados como coitados que não necessitam de muito para estarem na escola comum ou como se ocupassem um espaço que não fossem deles. Estas atitudes discriminatórias, são também limitantes quanto aos acessos e possibilidades de explorar os espaços e participar das interações na sala de aula e demais dependências da escola.

Independentemente do grau de severidade e da especificidade da deficiência física que o aluno apresente (ex. tetraparaplegia), esse estudante tem a sua potencialidade, só basta que direcionemos um olhar para ela (SASSAKI, 2020), tendo em vista que tais peculiaridades não podem, nem devem definir esses alunos com rótulos negativos e limitantes.

Por isso, buscamos nos pautar nas diferenças como algo inerente ao ser humano e de grande valor e importância, haja vista que esses parâmetros instituídos pela sociedade nos levam a refletir e buscar meios de contribuir para que essas barreiras atitudinais sejam desconstruídas e assim venha ocorrer a inclusão plena cuja ética e a informação no ambiente educacional possa oportunizar o reconhecimento e a consciência de que inclusão escolar e acessibilidade devem caminhar juntas em direção a uma educação diversificada e para todos, de acordo (MANTOAN, 2015, p. 132).

Essa reflexão é válida e tem o intuito de agregar para que possamos superar as mais que inoportunas e severas barreiras atitudinais e assim trilhar novos caminhos, pautados em princípios inclusivistas, de modo que os alunos com deficiência física tenham o apoio necessário para superar as dificuldades e

obstáculos, desenvolvendo cada dia mais suas potencialidades com liberdade, autonomia e igualdade.

E essa urgência em romper com as práticas discriminatórias no contexto educacional na contemporaneidade fazendo com que não haja mais espaço para atitudes excludentes, nos levam a afirmar que a sociedade como um todo e principalmente os sujeitos diretamente envolvidos no processo inclusivo educacional, precisam saber e tomar consciência de que as diferenças nos tornam sujeitos únicos e devem ser valorizadas e respeitadas sempre.

De acordo com Vara e Cidade (2020, p.157):

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

A escola tem um papel fundamental e desafiador na retirada dessas barreiras atitudinais limitantes, já que a ruptura de paradigmas excludentes vem acontecendo de maneira lenta e contraditória, em se tratando da inclusão dos alunos com deficiência física, elencados a valorização da diversidade e da igualdade de condições e oportunidades a todos. Sendo assim, Mantoan (2015, p.15) afirma que:

Precisamos ressignificar o papel da escola, com professores, pais e comunidades interessadas e instalar, no seu cotidiano, formas mais solidárias e plurais de convivência. São as escolas que têm de mudar e não os alunos, para que estes tenham assegurado o direito de aprender, de estudar nelas!

Deste modo, devemos repensar nossas ações diárias e considerar a importância das práticas escolares cotidianas de respeito às diferenças, oportunizando assim, o acesso à informação, conscientização e a garantia dos direitos conquistados até aqui, para que na perspectiva da educação inclusiva nenhum aluno fique de fora da escola regular.

E mais que isso, que esses alunos sejam respeitados enquanto sujeitos únicos e singulares em que todo espectro da diversidade humana por eles representados seja visto como um atributo que abra caminhos e possibilidades para o desenvolvimento desses atores, sem nenhum tipo de discriminação e barreiras que os impeçam de avançar e ter acesso as diversas possibilidades do percurso ao longo da vida.

Que possamos transformar nossas palavras e pensamentos em bons exemplos e atitudes inclusivas e acolhedoras na prática cotidiana escolar e assim fomentar de

maneira individual, coletiva e cooperativa o respeito aos direitos e em prol da dignidade desses estudantes com deficiência física.

É verdade que o direito à educação às pessoas com deficiência, seja ela qual for, embora garantido e amparado por inúmeras leis, tem sido obstruído e negligenciado por décadas, podemos dizer séculos, em decorrência dessa imensa barreira atitudinal imposta pela falta de conhecimento e intolerância advinda de uma cultura social excludente e desinformada, sem respeito e empatia na qual é mais fácil cultivar sentimentos discriminatórios e assim, se abster diante da diversidade e singularidade de cada indivíduo.

Por isso, enquanto objetivamos um sistema educacional o qual nenhum aluno fique de fora, também identificamos que por causa de atitudes. ações excludentes e falta de informação dentro da escola, “o fato de se estar dentro” não é garantia de um acesso pleno e realmente inclusivo desses educandos.

A exemplo disso, é muito comum na escola quando a coordenação pedagógica ao receber um aluno com deficiência física, apresenta o laudo médico ao professor de AEE e ao professor regente, faz algumas considerações e “deixa nas mãos” destes professores toda e absoluta responsabilidade por esse aluno. Fica fácil identificar com esta ação, que a escola ergueu um muro gigante excludente, pois muitas das vezes a partir desta atitude rotineira os demais integrantes da equipe escolar limitam-se a realizar cada um à sua função, por falta de conhecimento, informação e orientações quanto a importância na participação de todos nesse processo inclusivo.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p.10):

Cada escola deveria ser uma comunidade coletivamente responsável pelo sucesso ou fracasso de cada estudante. O grupo de educadores, ao invés de professores individualmente, deveria dividir a responsabilidade pela educação de crianças com necessidades especiais. Pais e voluntários deveriam ser convidados assumir participação ativa no trabalho da escola. Professores, no entanto, possuem um papel fundamental enquanto administradores do processo educacional, apoiando as crianças através do uso de recursos disponíveis, tanto dentro como fora da sala de aula.

No entanto, partimos do princípio que os alunos são de responsabilidade da escola e não somente dos professores e assim cada um pode colaborar e cooperar dentro das suas atribuições e possibilidades para que esses alunos tenham condições de igualdade asseguradas durante a rotina escolar.

É necessária capacitação e informação para que estes profissionais consigam entender o quão fundamental é o papel que exercem neste contexto de ações

coletivas, cooperativas e favoráveis para que venhamos efetivar a plena e real inclusão destes sujeitos.

E vale ressaltar que o contexto escolar tem o aluno como protagonista em todos os processos educativos independentemente de sua condição física, cognitiva e socioemocional. Esses processos não se restringem somente à relação do professor para com o aluno, relação esta, que é imprescindível para o desenvolvimento do educando nos processos de ensino-aprendizagem.

É muito importante que os setores das escolas dialoguem com o professor regente assim como com o professor de AEE, de modo que assegurem o acesso pleno desses educandos, de acordo com os preceitos da equidade.

Então, reavaliar e melhorar a comunicação, ofertando informação e conhecimento é um bom caminho a seguir. Caso contrário, atitudes errôneas podem levar a omissão e construção de barreiras atitudinais cada vez maiores;

As ações que são ou serão realizadas na escola, devem ser pensadas e pautadas de modo que estes alunos tenham a devida atenção de toda equipe escolar, de maneira espontânea, embasados pelo conhecimento, capacitação, informação, conscientização, cooperação e colaboração efetiva de todos.

Uma boa proposta, é um trabalho com foco na coletividade pautado na formação dos profissionais atuantes, nas informações e orientações diárias, envolvimento das famílias, bem como da comunidade escolar como um todo.

A gestão escolar precisa ter como princípio basilar a oferta e oportunidade de momentos para abstração de conhecimento somados a informação para sanar possíveis dúvidas e assim ocorra a quebra de mitos e paradigmas excludentes quando a questão é conviver, lidar e incluir verdadeiramente este aluno com deficiência física na escola regular, tendo acesso em iguais condições a tudo que for ofertado e vivenciado nessa rotina escolar, ou seja, que as diferenças existentes sejam valorizadas e compreendidas de fato, uma vez que a diversidade é inerente a natureza e condição humana sendo mais que necessária em um contexto educacional inclusivo.

Por isso enfatizamos como um caminho eficiente para transpor essas barreiras o pensamento de cooperatividade e coletividade em prol de todos os alunos, sempre respeitando as particularidades individuais, somados ao desenvolvimento de um trabalho realmente engajado, informativo e voluntário envolvendo a todos da comunidade escolar.

Os gestores precisam oportunizar práticas que venham gerar mudanças efetivas em seus contextos escolares carregados de atitudes nocivas e ainda tão segregadoras. Eliminando de vez a cultura errônea de que alunos com deficiência física são definidos e caracterizados por limitações e que por isso não vale a pena focar no potencial desses sujeitos.

É preciso jogar a chave do preconceito e da discriminação fora, e assim enxergar que colocar-se no lugar do outro e reavaliar atitudes, sempre será a melhor opção em tempos tão áridos e vazios de sentimentos bons.

A escola precisa assumir como condutas permanentes o diálogo informativo, a conscientização, a estruturação dos espaços, a formação e valorização profissional e acima de tudo do ser humano. Também deve ser reorganizada quanto aos aspectos pedagógicos e administrativos, de modo que venham proporcionar aos alunos um ambiente acessível sob todas as dimensões da acessibilidade tendo como base a atitudinal, de modo a gerar um ciclo contagiante de atitudes realmente inclusivas, empáticas e estimuladoras das potencialidades destes alunos.

É preciso entender que tais barreiras atitudinais surgem através das nossas atitudes, logo, se mudarmos tais atitudes e a maneira como enxergamos a deficiência física, desobstruiremos o caminho desses alunos e contribuindo cada vez mais para que a inclusão escolar plena que tanto desejamos e aspiramos.

E com estas mudanças, eliminar de fato comportamento que limitam e entavam as possibilidades de acesso pleno ao comum, ao diverso e ao diferente em condições e oportunidades iguais para todos os alunos no ambiente escolar e na sociedade como um todo ao longo do percurso que é a vida.

2.1 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa de cunho puramente bibliográfico, buscou-se um embasamento teórico consistente no que tange à inclusão escolar do aluno com deficiência física bem como a ruptura de barreiras atitudinais, de modo que venhamos contribuir para a inclusão e acessibilidade plena desses alunos.

Portanto, realizou-se uma coleta de dados por meio de uma leitura minuciosa de autores e obras nas quais reunimos o máximo de informações e contribuições relevantes e coerentes para que viéssemos alcançar ou até mesmo levar adiante as

discussões quanto aos objetivos aqui propostos assim como colaborar e trazer respostas para as indagações que fundamentam o problema aqui explicitado.

Com uma abordagem metodológica de pesquisa qualitativa buscamos através da revisão bibliográfica encontrar caminhos para obter respostas que contribuam para que o processo de escolarização dos alunos com deficiência física seja efetivo no que diz respeito a desconstrução das barreiras atitudinais impostas pela discriminação, preconceitos e estigmas advindos ao longo dos séculos até a contemporaneidade.

Dito isto, a presente revisão efetivou-se através de estudos cujo o início foi de consultas a base de dados Portal de periódicos da CAPES e o Google Acadêmicos, nos quais identificou-se poucas abordagens sobre a temática escolhida, então tomamos como base norteadora uma revisão bibliográfica pautada no riquíssimo material acadêmico ofertado pela Uninter ao longo deste curso; e assim realizamos a leitura cuidadosa de livros, artigos científicos, legislações vigentes, dissertações e teses imbricados ao assunto central do presente estudo.

Foi de imensa contribuição assistir as entrevistas do Romeu Sasaki em canais direcionados a temática da inclusão escolar bem como da acessibilidade, como também aprofundar-se e conhecer um pouco mais sobre a linha teórica da Mantoan através dos seus livros, somados ao estudo do excelente livro de Vara e Cidade direcionada a deficiência física.

Após meses de leitura, análises, reflexões, fichamentos e revisões, alcançamos a familiaridade necessária para desenvolver com propriedade esse tema tão complexo e passivo interpretações distintas, porém muito atual, oportuno e urgente, quando o assunto for inclusão escolar dos alunos com deficiência física com acessibilidade atitudinal e ruptura de barreiras decorrentes do preconceito e da discriminação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo vimos o quanto as nossas atitudes impactam e entram no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência física, bem como a ruptura de barreiras atitudinais são mais que necessárias para efetivarmos a inclusão e a acessibilidade plena desses alunos.

Seguimos fomentando em cada parágrafo esse diálogo, cuja a análise e reflexão sobre o tema reafirmaram quanto a urgência em eliminar tais paradigmas excludentes tão antigos, porém ainda muito latentes em nossa contemporaneidade.

As atitudes discriminatórias e preconceituosas com esses educandos com deficiência física são perceptíveis e ainda muito impactantes, cujos danos podem ser irreversíveis independentemente do nível ou grau da deficiência.

A acessibilidade atitudinal vem como superação das barreiras atitudinais e se dá através de mudanças na atitude, com cooperação, informação e conscientização dos sujeitos que estão diretamente envolvidos no cotidiano educacional da escola comum.

O professor é fundamental para estes alunos, porém é necessário a colaboração de toda equipe escolar nesse processo. A escola deve ser reformulada, assim como a mentalidade das pessoas “ditas normais”. A deficiência não deve ser vista como um “defeito” e esses alunos tem um potencial a ser explorado.

Com um embasamento bibliográfico condizente com o tema apresentado, bem como com os objetivos propostos, trouxemos um diálogo simples, direto e enfático de modo que esperamos deixar contribuições significativas, assim como obtivemos algumas respostas para a nossa problemática.

Entretanto, a complexidade do assunto o torna amplo, passivo de inúmeros debates e reflexões, sob diferentes olhares. De modo que deve ser explorado em outros estudos, para que possamos agregar novas ideias, construir novos caminhos rumo a mesma direção, ou não.

Portanto, este estudo não se esgota nas questões que levantamos, esse debate merece e deve ser amplamente discutido, até que tenhamos alcançado nossa tão almejada inclusão e acessibilidade plena através da mudança sob uma perspectiva atitudinal.

Não era para ser um desafio tão complexo aceitar as diferenças e conviver com a diversidade, porém é possível, já que vivemos em uma sociedade na qual a luta por igualdade de condições e oportunidades é cada vez maior e consistente.

E se somos o reflexo de uma sociedade adoecida por condutas e ações errôneas e equivocadas, todas as contribuições para eliminarmos realmente as barreiras atitudinais que colocamos ao longo do percurso são válidas. É correto afirmar que se praticarmos mais a empatia e reavaliarmos constantemente tais ações bem como a maneira de lidarmos com as diferenças, daremos a nossa contribuição para reconstrução da sociedade para que esta venha ser cada vez mais justa e igual a todos.

Por fim, acreditamos que as mudanças devem ocorrer de dentro para fora e apesar desses alunos com deficiência física terem o respaldo legal como garantia de seus direitos, as ações de inclusão e acessibilidade realizadas no cotidiano educacional farão toda diferença e possivelmente trarão as mudanças que tanto buscamos.

Que a escola enquanto locus da diversidade, ofereça possibilidades para que ações conjuntas e coordenadas tragam um novo significado as crenças e valores excludentes equivocados que permanecem ao longo da história através da depreciação das pessoas com deficiência física.

Logo, para estes sujeitos envolvidos na rotina e nos processos educacionais que almejam ser realmente inclusivo e acessíveis, a informação, o debate, a reflexão, a abertura ao novo, a escuta empática e acima de tudo a conscientização sempre serão ações efetivas para que as mudanças que aqui preconizamos aconteçam de fato, e com elas, um novo olhar frente a deficiência física bem como todas as outras.

Então eu te convido a mudar de ângulo, colocando-se ao lado desses alunos e assim, ter o mesmo olhar e nessa perspectiva respeitar as diferenças e abraçar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL, **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 4. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 2011.

BRASIL. Decreto n.5296, de 2 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 28 fev.2021.

BRASIL. Lei n.10.098, de 19 de Dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 de Dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm> Acesso em 01/03/2021.

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008.

MANTOAN, Maria Tereza Engler, **INCLUSÃO ESCOLAR: O quê? Por quê? Como fazer?** 1. reimpressão - São Paulo: Summus, 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. 2020, 1 vídeo de (15 min). **Inclusivo: 7 dimensões de acessibilidade publicado pelo canal Tv câmara São Paulo**. disponível em: <https://youtu.be/EDUCAÇÃO_H06ibkQ5Dec>. Acesso em 26 nov. 2020.

_____. **Inclusão no lazer e no turismo**. São Paulo: Áurea, 2003.

_____. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, p.10-16, mar./abr. 2009.

_____. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. 8ª edição, Rio de Janeiro: WVA, 2007.

SALAMANCA. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.1994

Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 30 MAR. 2021.

SILVA, Aline Maira da **ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR: história e fundamentos**. 1ª edição, Curitiba: Intersaberes,2012.

VARA, M. F.; CIDADE, R. E. **Conhecimentos básicos da deficiência física para o atendimento educacional especializado**. Curitiba: Intersaberes, 2020.